

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.785 - DF (2019/0207963-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : D T M  
**AGRAVANTE** : A F F D M  
**ADVOGADOS** : WALTER JOSE FAIAD DE MOURA - DF017390  
SIMONE MARTINS DE ARAÚJO MOURA - DF017540  
**ADVOGADOS** : ALINE MENEZES DIAS - DF029261  
SABRINA CARDOSO BERNARDO - DF034199  
MARIANA RODRIGUES GUERRA - DF037215  
RAFAEL CIARLINI FERREIRA - DF046023

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por DTM e outra contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim ementado:

DIREITO DE FAMÍLIA. MODIFICAÇÃO DE REGIME DE BENS. EMPRESA EM QUE A AUTORA É SÓCIA COM PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. O pedido de alteração de regime de bens do casamento encontra fundamento legal no art. 1.639, § 2º, do Código Civil e nos termos do Enunciado n. 113, da I Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal.
2. A modificação de regime de bens será possível desde que sejam atendidos os seguintes requisitos: pedido de ambos os cônjuges, autorização judicial, indicação de motivo relevante e inexistência de prejuízo a terceiros e aos próprios cônjuges.
3. As partes não se desincumbiram do ônus de provar que as dívidas contraídas pela autora se limitaram à atividade empresarial, permitindo concluir que parte delas pode ter sido contraída em prol da entidade familiar, e, em tese, os bens comuns podem ser alcançados pelos respectivos credores. Também não se pode perder de vista que eventual decretação da falência da empresa, na qual a autora é sócia, seus bens pessoais e da entidade familiar poderão ser apreendidos para socorrer os credores da empresa falida.
4. As alegações dos apelantes não são suficientes a afastar a conclusão da sentença de impossibilidade de alteração do regime de bens do casamento, pelo menos enquanto perdurar as pendências existentes, por expressa previsão legal de salvaguarda dos direitos de terceiros.
5. Recurso desprovido (fls. 408-409).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto

nos arts. 489 e 1.022 do CPC; 1.639, § 2º, do Código Civil.

É o relatório. Decido.

2. A irresignação não prospera.

Não há violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes.

3. Ao apreciar a apelação cível, o Tribunal de origem deixou consignado:

Para se permitir a mudança de regime de bens, devem ser resguardados a um só tempo os direitos do casal e de terceiros, evitando-se, com isso, possíveis prejuízos patrimoniais. Em relação aos cônjuges, a mudança de regime de bens deve ser preciso, para que não haja qualquer forma de preterição. Quanto a terceiros, deve-se evidenciar que inexistem dívidas ou quaisquer outras obrigações pendentes.

Conforme noticiado pelos apelantes, uma das empresas da qual a autora é sócia encontra-se em processo de recuperação judicial. É certo que a lei de recuperação judicial tem como finalidade a preservação da empresa, mas, com a decretação da falência, surgem restrições ao sócio falido, dentre eles a de administrar seus bens, com reflexos imediatos no direito dos credores.

O Juízo de Primeiro Grau determinou que as partes trouxessem aos autos as informações das dívidas ou comprovantes de suas inexistências, bem como esclarecessem como seria realizada a partilha dos bens que já se comunicavam no atual regime de bens. **De acordo com os documentos juntados, não é possível destacar o exclusivo patrimônio da cada parte.**

**As declarações do imposto de renda das partes, referentes ao exercício 2017, ano-calendário 2016 (ID 6273529 e ID 6273546) indicam como principal fonte pagadora dos cônjuges a mesma empresa ETEC - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda, que ora se encontra em processo de recuperação judicial, demonstrando uma verdadeira confusão patrimonial. A autora possui diversas dívidas (ID 6273558-pág. 4-6), muitas delas de valores consideráveis, não tendo como assegurar se foram ou não contraídas em benefício da família. Constam, ainda, contra a autora, diversas ações judiciais (ID 6273581-págs. 2, 4, 5-6), bem como anotações no Serasa. Sopesando toda essa situação, aliada a uma eventual falência da empresa, reforça a necessidade de proteção aos direitos de terceiros.**

**As partes não se desincumbiram do ônus de provar que as dívidas contraídas pela autora se limitaram à atividade empresarial, permitindo concluir que parte delas pode ter sido contraída em prol da entidade familiar, e, em tese, os bens comuns podem ser alcançados pelos respectivos credores. Também não se pode perder de vista que eventual decretação da falência da empresa ETEC - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio Ltda, na qual a autora é sócia, seus bens pessoais e da entidade familiar poderão ser apreendidos para socorrer os credores da**

**empresa falida.**

**Assim, as alegações dos apelantes não são suficientes a afastar a conclusão da sentença de impossibilidade de alteração do regime de bens do casamento, pelo menos enquanto perdurar as pendências existentes, por expressa previsão legal de salvaguarda dos direitos de terceiros.**

Diante da confusão patrimonial das partes e para assegurar eventuais direitos de terceiros, conforme mencionado anteriormente, entendo não haver possibilidade de acolher a pretensão dos apelantes (fl. 413).

Para se concluir que "os recorrentes não buscaram com esta demanda se esquivar de suas eventuais responsabilidades pessoais perante terceiros" e que "a alteração do regime de bens não irá prejudicar eventuais credores" (fl. 446), seria necessária a reapreciação do suporte fático-probatório dos autos. Incide, por conseguinte, o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator